



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Economia**

Dissertação

**Os desafios e as reformas políticas necessárias para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.**

**Mariana dos Santos Morais**

Orientador(es) | António Bento Caleiro

Évora 2021

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Economia**

Dissertação

**Os desafios e as reformas políticas necessárias para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.**

Mariana dos Santos Morais

Orientador(es) | António Bento Caleiro

Évora 2021

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | João Manuel Pereira (Universidade de Évora)

Vogais | António Bento Caleiro (Universidade de Évora) (Orientador)  
Manuel Couret Branco (Universidade de Évora) (Arguente)

## Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, foram eles que tornaram isto possível, pois foram eles que sempre me apoiaram e ajudaram em tudo o que precisei. Quero também agradecer-lhes por tudo o que me ensinaram e pela maneira como me educaram, foram eles que tornaram na mulher que sou hoje e por isso nunca lhes conseguirei agradecer o suficiente.

À minha irmã que sempre esteve lá para mim quando precisei para me ajudar e que sempre me inspirou a lutar pelo que quero e a esforçar-me ao máximo, a ela também devo a pessoa em que me tornei.

Ao meu namorado, que até nos momentos de desespero em que senti que não iria conseguir nunca saiu do meu lado, foi sempre a pessoa mais paciente do mundo e esteve sempre junto a mim a apoiar-me e ajudar-me quando necessitava.

E por fim ao meu orientador que o professor António Bento Caleiro por toda a disponibilidade, ajuda e compreensão, não podia ter escolhido melhor orientador para me acompanhar neste percurso.

Obrigada a todos!

## Os desafios e as reformas políticas necessárias para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento

### Resumo

**Objetivo:** Tentar encontrar os fatores que levaram uns países a terem um crescimento mais rápido que outros e com isso concluir-se quais são as reformas políticas necessárias.

**Método:** Realizei um estudo com os dados do IDH e dos seus três sub-índices: educação, saúde e rendimento contendo informação desde 1990 até 2018, recorrendo à utilização de gráficos para a análise dessa mesma informação.

**Resultados:** Este estudo mostra que, o continente que se encontra com um nível de IDH mais baixo é África, com um nível de IDH mais elevado é a Europa, e o continente com um maior aumento no nível de IDH é a Ásia, que em 2018 se encontrava perto de chegar ao nível da América, cujo nível se encontrava logo a seguir à Europa. Já a Oceânia é o continente que diverge mais entre os índices.

**Conclusão:** Os continentes com nível de IDH diferentes devem utilizar solução diferentes.

**Palavras-chave:** Países desenvolvidos; países em desenvolvimento; países menos desenvolvidos; Índice de Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento sustentável.

## The challenges and policy reforms needed for the economic development of developing countries.

### Abstract

**Objective:** To try to find the factors that have led some countries to grow faster than others and to conclude what political reforms are needed. **Method:** I conducted a study with data from the HDI and its three criteria: education, health and income containing information from 1990 to 2018, using graphs for the analysis of this information. **Results:** This study shows that the continent with the lowest HDI level is Africa, with a higher HDI level is Europe, and the continent with the highest increase in HDI level is Asia, which in 2018 was close to reaching the level of America, whose level was just behind Europe. Oceania, on the other hand, is the continent that diverges the most between criteria. **Conclusion:** Continents with different HDI levels should use different solutions.

**Keywords:** Developed countries; developing countries; least developed countries; Human Development Index; Sustainable development.

## Índice

I – Introdução .....	11
II – Enquadramento Histórico e Conceitos Essenciais.....	13
A ONU, e o seu papel na superação dos desafios dos países em desenvolvimento.....	13
Evolução dos diferentes desafios nos países em desenvolvimento .....	18
As divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	22
III - Desafios presentes e futuros.....	24
O covid-19, a crise climática e os possíveis desafios futuros .....	24
O impacto destes desafios na economia dos países em desenvolvimento .....	27
Possíveis soluções para esses desafios .....	32
IV – Metodologia .....	36
Tipo de Estudo.....	36
Exercício sobre o Índice de Desenvolvimento Humano.....	36
V – Resultados e discussão dos resultados .....	44
VI - Conclusão.....	46
VII – Referências Bibliográficas .....	48

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Classificação das Economias Desenvolvidas por região pelo WESP .....	14
Tabela 2 - Classificação das Economias em Transição por região pelo WESP .....	14
Tabela 3 – Classificação das Economias em Desenvolvimento por região pelo WESP .....	14
Tabela 4 – Classificação dos Países menos desenvolvidos por região pelo WESP .....	17
Tabela 5 – Dados económicos da Nigéria .....	29



## Índice de Figuras

Figura 1 Os 10 principais desastres que causam os maiores danos e perdas ao setor agrícola, de 78 desastres analisados entre 2003-2013 .....	21
Figura 2 - Crescimento real do PIB em África, por sub-regiões .....	30
Figura 3 - Crescimento real do PIB no Leste Asiático .....	31
Figura 4 – Objetivos de desenvolvimento sustentável .....	33
Figura 5 – Box-plot do Índice de Desenvolvimento Humano ao longo dos anos .....	37
Figura 6 – Box-plot do Índice de Desenvolvimento Humano por continentes ao longo dos anos .....	38
Figura 7 – Box-plot do Índice de educação ao longo dos anos .....	39
Figura 8 – Box-plot do Índice de educação por continentes ao longo dos anos.....	39
Figura 9 – Box-plot do Índice de Saúde ao longo dos anos.....	40
Figura 10 – Box-plot do Índice de saúde por continentes ao longo dos anos .....	41
Figura 11 – Box-plot do Índice de rendimento ao longo dos anos .....	42
Figura 12 – Box-plot do Índice de rendimento por continentes ao longo dos anos.....	42
Figura 13 – Mapa do IDH de 2018.....	45

## Índice de Siglas e Acrónimos

PD – Países Desenvolvidos

PED – Países em Desenvolvimento

PMD – Países Menos Desenvolvidos

WESP - World Economic Situation and Prospects

ONU – Organização das Nações Unidas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

FMI – Fundo Monetário Internacional

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

PTF - Produtividade total de fatores

PIB – Produto interno bruto

PPC – Paridade de poder de compra

OMS – Organização Mundial de Saúde

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

OCHA – Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários

## I – Introdução

Com esta dissertação pretendo fazer um estudo abrangendo vários países em desenvolvimento com níveis de crescimento diferentes, com o objetivo principal de conseguir encontrar os fatores e as causas que levaram a um nível de crescimento diferente entre os países em desenvolvimento e um aumento ou continuação das constantes das assimetrias entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos e com isso concluir-se quais são as reformas políticas necessárias a fazerem-se para que os países com um menor crescimento económico possam desenvolver-se mais rapidamente.

Este é um tema bastante relevante, pois as disparidades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento têm sido um motivo de preocupação especialmente após 2000, que foi quando a Organização das Nações Unidas e os seus 192 estados-membros concordaram estabelecer e até 2015 atingir os “Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, como propósito de conseguir uma cooperação internacional para tentar solucionar vários problemas internacionais. Os oito objetivos que ONU queria atingir até 2015 são:

1. Erradicar a pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade na infância;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento;

Para a tentativa de obtenção destes objetivos, foram criadas várias organizações e programas e outras reestruturadas, algumas das mais importantes são a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outros.

Essa tentativa não foi bem-sucedida, pois esses problemas continuaram a persistir e em 2015 tendo como base os progressos e lições aprendidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, definiu-se a Agenda 2030 constituída pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são:

1. Erradicar a pobreza;
2. Erradicar a fome;
3. Saúde de qualidade;

4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento;
7. Energias Renováveis e acessíveis;
8. Trabalho digno e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infraestruturas;
10. Reduzir as desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Produção e consumo sustentáveis;
13. Ação climática;
14. Proteger a vida marinha;
15. Proteger a vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias para a implementação dos objetivos.

É importante que os países desenvolvidos ajudem na resolução dos problemas encontrados nos países em desenvolvimento, especialmente devido a muitos deles se encontrarem subdesenvolvidos e na pobreza devido a anos de colonização e escravidão por parte dos países desenvolvidos que exploravam os recursos especialmente dos continentes africano e asiático e causavam guerras que durante o século 20 tiveram palco, e algumas continuam a ter, criando assim desafios ao desenvolvimento dos PED.

Pretendo realizar este estudo a partir de um enquadramento e revisão da literatura que aborde o mesmo tema ou temas relacionados e da recolha e análise de dados sobre os níveis de desenvolvimento, de crescimento e dos fatores habitualmente considerados explicativos daqueles níveis.

## II – Enquadramento Histórico e Conceitos Essenciais

Para abordar este tema começarei por recordar alguns conceitos essenciais associados aos países em desenvolvimento, retirados da Organização das Nações Unidas (ONU).

### A ONU, e o seu papel na superação dos desafios dos países em desenvolvimento

A ONU começa por classificar os países em países desenvolvidos (PD), países emergentes e países em desenvolvimento (PED); existem depois subcategorias como pequenos Estados insulares em desenvolvimento, conforme definido pela UNCTAD, bem como países menos desenvolvidos (PMDs), países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Países emergentes são os países que têm uma economia forte, por vezes até comparável com os países desenvolvidos, no entanto ao nível dos outros critérios usados para serem considerados desenvolvidos, como a educação e saúde, são mais semelhantes aos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento são países em que todos os critérios se encontram abaixo do nível (mínimo) posto pelas diversas organizações.

Contudo, a classificação dos países como desenvolvidos ou em desenvolvimento pode variar dependendo da organização que está a classificar. A ONU foca-se principalmente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que engloba a riqueza a educação e a esperança média de vida. Assim, em 2018 a ONU classificou 62 países com um desenvolvimento humano muito alto e assim considerados como desenvolvidos. Por sua vez, o FMI, em 2017, identificou 30 países e regiões como economias avançadas e o Banco Mundial identificou em 2019, 80 economias de alto rendimento. Como se pode ver, as classificações e os critérios podem mudar de organização para organização. Nesta dissertação, vamos seguir-nos pelas classificações e critérios dados pela ONU.

Podemos também encontrar no *World Economic Situation and Prospects (WESP)* na ONU a classificação das várias economias como Economias Desenvolvidas, Economias em transição, e Economias em Desenvolvimento, não esquecendo que o WESP apenas pretende refletir nas condições económicas básicas, sendo que assim as classificações podem deferir das classificações regionais definidas pela Divisão de Estatística da ONU DESA conhecidas com M49, apesar das diferenças entre as classificações serem poucas. Podemos abaixo observar, na tabela 1, a classificação pelo WESP.

Tabela 1 – Classificação das Economias Desenvolvidas por região pelo WESP

North America	Europe			Major developed economies
	European Union		Other Europe	
Canada	EU-15	EU-13	Iceland	Canada
United States	Austria	Bulgaria	Norway	France
<b>Developed Asia and Pacific</b>	Belgium	Croatia	Switzerland	Germany
	Denmark	Cyprus		Italy
Australia	Finland	Czechia		Japan
Japan	France	Estonia		United Kingdom
New Zealand	Germany	Hungary		United States
	Greece	Latvia		
	Ireland	Lithuania		
	Italy	Malta		
	Luxembourg	Poland		
	Netherlands	Romania		
	Portugal	Slovakia		
	Spain	Slovenia		
	Sweden			
	United Kingdom			

Fonte: United Nations, World Economic Situation and Prospect 2020

Tabela 2 - Classificação das Economias em Transição por região pelo WESP

South-Eastern Europe	Commonwealth of Independent States and Georgia	
Albania	Armenia	Republic of Moldova
Bosnia and Herzegovina	Azerbaijan	Russian Federation
Montenegro	Belarus	Tajikistan
North Macedonia	Georgia	Turkmenistan
Serbia	Kazakhstan	Ukraine
	Kyrgyzstan	Uzbekistan

Fonte: United Nations, World Economic Situation and Prospect 2020

Tabela 3 – Classificação das Economias em Desenvolvimento por região pelo WESP

Africa		Asia		Latin America and the Caribbean
North Africa	Southern Africa	East Asia		Caribbean
Algeria	Angola	Brunei Darussalam	Philippines	Bahamas
Egypt	Botswana	Cambodia	Republic of Korea	Barbados
Libya	Eswatini	China	Samoa	Belize

Mauritania Morocco Sudan Tunisia	Lesotho Malawi Mauritius Mozambique Namibia South Africa Zambia Zimbabwe	Democratic People's Republic of Korea Fiji Hong Kong SAR Indonesia Kiribati Malaysia Mongolia Myanmar Papua New Guinea	Singapore Solomon Islands Taiwan Province of China Thailand Timor-Leste Vanuatu Vietnam Lao People's Democratic Republic	Guyana Jamaica Suriname Trinidad and Tobago
<b>Central Africa</b>	<b>West Africa</b>	<b>South Asia</b>		<b>Mexico and central america</b>
Cameroon Central African Republic Chad Congo Equatorial Guinea Gabon Sao Tome and Principe	Benin Burkina Faso Cabo Verde Côte d'Ivoire Gambia Ghana Guinea Guinea- Bissau Liberia	Afghanistan Bangladesh Bhutan India Iran (Islamic Republic of) Maldives Nepal Pakistan Sri Lanka		Costa Rica Cuba Dominican Republic El Salvador Guatemala Haiti Honduras Mexico Nicaragua Panama
<b>East Africa</b>	Mali	<b>Western Asia</b>		<b>South America</b>
Burundi Comoros Democratic Republic of the Congo Djibouti Eritrea Ethiopia Kenya Madagascar Rwanda Somalia South Sudan Uganda United Republic of Tanzania	Niger Nigeria Senegal Sierra Leone Togo	Bahrain Iraq Israel Jordan Kuwait Lebanon Oman Qatar Saudi Arabia State of Palestine Syrian Arab Republic Turkey United Arab Emirates Yemen		Argentina Bolivia (Plurinational State of) Brazil Chile Colombia Ecuador Paraguay Peru Uruguay Venezuela (Bolivarian Republic of)

Fonte: United Nations, World Economic Situation and Prospect 2020

Focar-nos-emos nos conceitos mais importantes, que são os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, visto que são os países que se encontram mais abaixo no IDH e são os que precisam de mais ajuda e tendo em conta que o objetivo

desta dissertação é perceber que reformas seriam necessárias para ajudar ao desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento. Os países menos desenvolvidos são muitas vezes associados a extrema pobreza, falta de saneamento básico, um sistema de saúde fraco ou, na maior parte das vezes, inexistente, falta de escolaridade, entre outros dos que são necessidades básicas, estes países são também muitas vezes alvos de armadilhas de pobreza, então é importante perceber como podemos ajudar estes países.

A diferença entre aqueles dois conceitos é que os países menos desenvolvidos (PMD) são países que se encontram no extremo negativo do IDH, são países de baixo rendimento, que enfrentam graves impedimentos estruturais para o desenvolvimento sustentável. São altamente vulneráveis a choques económicos e ambientais e têm baixos níveis de ativos humanos.

Para classificar os países como países menos desenvolvidos, o Comité de Política de Desenvolvimento da ONU que é mandatado pela Assembleia Geral e pelo Conselho Económico e Social definiu critérios e indicadores para identificar os PMD. Os critérios definidos são:

- **Rendimento;** ou seja, é calculado o Rendimento Nacional bruto *per capita* e isso fornece informação sobre a situação de rendimento e o nível geral de recursos disponíveis para um país;
- **Ativos Humanos;** o Índice de Ativos Humanos é formado por 6 indicadores divididos por saúde e educação. Os indicadores são a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, prevalência de nanismo, razão de mortalidade materna, taxa bruta de matrícula na escola secundária, taxa de alfabetização de adultos, índice de paridade de género para matrícula bruta no ensino secundário;
- **Vulnerabilidade Económica e Ambiental;** o Índice de Vulnerabilidade Económica e Ambiental é composto por 8 indicadores divididos entre vulnerabilidade económica e vulnerabilidade ambiental. Os indicadores são a participação da agricultura silvicultura e pesca no PIB, distanciamento e sem litoral, concentração e exportação de mercadorias, instabilidade das exportações de bens e serviços, parcela da população em zonas costeiras baixas elevadas, parcela da população que vive em terras áridas, instabilidade da produção agrícola, vítimas de desastres.

No *World Economic Situation and Prospect 2020* lançado pela ONU e pelo WESP indicam-se 49 países na lista de PMDs que são revistos a cada três anos, que podem depois ser incluídos mais países na categoria de PMDs ou ser excluídos da categoria de PMDs. Para ajudar os países a melhorar a sua economia e a sair da categoria de PMDs foram criadas certas medidas de apoio internacional, em particular nas áreas de comércio, cooperação para o desenvolvimento e apoio à participação nas Nações Unidas e outros processos internacionais, para que se possa garantir uma transição suave para fora da categoria.



Tabela 4 – Classificação dos Países menos desenvolvidos por região pelo WESP

Africa		East Asia	South Asia	Wester Asia	Latin America and the Caribbean
Angola	Mali	Cambodia	Afghanistan	Yemen	Haiti
Benin	Mauritania	Kiribati	Bangladesh		
Burkina Faso	Mozambique	Lao People's	Bhutan		
Burundi	Niger	Democratic	Nepal		
Central African Republic	Rwanda	Republic			
Chad	Sao Tome and	Myanmar			
Comoros	Principe	Solomon Islands			
Democratic Republic of the Congo	Senegal	Timor Leste			
Djibouti	Sierra Leone	Tuvalua			
Eritrea	Somalia	Vanuatu			
Ethiopia	South Sudan				
Gambia	Sudan				
Guinea	Togo				
Guinea-Bissau	Uganda				
Lesotho	United Republic				
Liberia	of Tanzania				
Madagascar	Zambia				
Malawi					

Fonte : United Nations, World Economic Situation and Prospect 2020

Como se pode ver pelas tabelas 2, 3 e 4, as economias em desenvolvimento, em transição e menos desenvolvidas superam bastante em termos de número as economias desenvolvidas. O *World Economic Situation and Prospect (WESP) 2020* foca-se no crescimento e desenvolvimento sustentável dos países, apontando também problemas e fraquezas nos mesmos, como o progresso em direção a padrões de vida mais elevados estagnou para muitos países como a Angola, a Nigéria, entre outros. Aumentou também o número de pessoas que vivem na extrema pobreza especialmente na África subsaariana e em partes da América Latina e Ásia Ocidental. Devido à maior parte dos países e governos se focarem principalmente no crescimento do PIB acabam por perder aspetos cruciais de sustentabilidade e bem-estar, piorando a crise climática, aumentando as desigualdades e a subnutrição, é, portanto, importante os governos não se esquecerem de investir no desenvolvimento sustentável promovendo a educação, a energia renovável e infraestrutura resiliente. Tendo em conta que a crise climática é um dos desafios mais importantes e preocupantes, é necessário baixar drasticamente as emissões de carbono, e para isso seria necessário fazer-se grandes ajustes no setor de energia, o que seria possível se os governos e investidores se focassem mais em expandir energias renováveis em vez de expandir o investimento na exploração do petróleo, gás ou carvão. Isso não só iria trazer benefícios ambientais e de saúde como também oportunidades económicas para muitos países. Para se solucionar estes problemas seria necessária uma combinação de políticas mais

equilibrada de maneira a que estimule o crescimento económico e ao mesmo tempo crie uma maior inclusão social, igualdade de género e produção ambientalmente sustentável.

### Evolução dos diferentes desafios nos países em desenvolvimento

Existem desafios que os países em desenvolvimento têm tentado resolver desde sempre, que se tornaram visíveis globalmente desde que foi feita a separação dos países pelo nível de desenvolvimento e a ajuda aos países menos desenvolvidos se tornou uma prioridade. Alguns dos desafios que esses países enfrentam estão nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, os quais são a erradicação da pobreza, a erradicação da fome, falta de sistemas de saúde de qualidade, analfabetismo, discriminação contra o sexo feminino, falta de saneamento e água potável, redução das desigualdades, acabar com as guerras, enquanto manter um crescimento económico sustentável e atingir níveis elevados de produtividade, isto tendo em conta o meio ambiente e os direitos humanos como acabar com o trabalho infantil e a população ter um nível de vida digno.

Ainda que a ONU tente ultrapassar estes desafios, tem tido dificuldades em conseguir, muito devido ao facto de que muitos destes países se encontram em armadilhas de pobreza. A pobreza e as armadilhas da pobreza têm várias dimensões e muitas delas estão interligadas. Houve vários economistas e autores que distinguiram vários tipos de armadilhas da pobreza tendo em consideração os vários problemas em que se baseiam as armadilhas da pobreza. Os 3 tipos de armadilhas da pobreza mais importantes são: as armadilhas da pobreza com base na alimentação/nutrição, com base na saúde e com base na educação. Jeffrey Sachs é dos autores que aborda o tema das armadilhas da pobreza e de acordo com Sachs, existem pelo menos oito tipos diferentes de problemas estruturais que podem causar a estagnação ou o declínio de uma economia, contribuindo para a expansão dos índices de pobreza e miséria. Sendo eles armadilhas da pobreza, geografia, sistema fiscal, falhas de governo, barreiras culturais, geopolítica, demografia, falta de inovação.

Um caso desta armadilha da pobreza é o caso do Pak Solhin, o qual perdeu o seu trabalho e ninguém o queria contratar essencialmente por causa das debilidades que tinha graças à sua idade. Devido a não ter trabalho também não tinha dinheiro para comprar comida, a falta de comida tornava-o fraco e debilitado e como consequência ele não conseguia resolver o seu problema. Quando num país isto acontece a muita gente, isso acaba por afetar a mão-de-obra do país tornando-a debilitada e provocando uma economia também assim debilitada.

Como acima se referiu, a erradicação da pobreza é um dos desafios mais importantes que os países em desenvolvimento enfrentam, daí vir em primeiro lugar no Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, mas a solução para este problema não é fácil pois de acordo com a ONU a pobreza envolve mais do que a falta de rendimento e recursos produtivos para garantir meios de subsistência sustentáveis. As suas manifestações incluem fome e desnutrição, acesso limitado à educação e outros serviços básicos, discriminação e exclusão social, bem como a falta de participação na tomada de decisões. Em 2015, mais de 736 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza internacional. Cerca de 10% da população mundial vive em extrema pobreza e luta para atender às necessidades mais básicas, como saúde, educação e acesso a água e a saneamento, para citar alguns. Existem 122 mulheres com idades entre 25 e 34 anos, para cada 100 homens da mesma faixa etária, que vivem na pobreza e mais de 160 milhões de crianças correm o risco de continuar vivendo em extrema pobreza até 2030.

Quase todos estes problemas estão interligados, pois se uma população vive na pobreza vai passar fome e não ter dinheiro para medicamentos, tratamentos médicos, eventualmente os menores de idade abandonam a escola para ajudar em casa, e apesar das ajudas de várias organizações, estes problemas persistem, sendo este um motivo que se torna também um desafio para estes países. Sendo o motivo muitas vezes a existência de regimes políticos altamente corruptos, má gestão destes apoios por parte dos governos, extremas ditaduras que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, divisões tribais, conflitos religiosos, guerras civis, má geográfica pois vários países são afetados por catástrofes naturais, ou não têm litoral e poucas fontes naturais de água causando a seca.

Estes países têm tantos desafios e problemas, e sendo o mundo cada vez mais globalizado torna-se quase impossível para estes países solucionar estes problemas sozinhos criando assim uma dependência nos países desenvolvidos, no dinheiro que eles investem nas medidas de ajuda e em manter as suas economias e mercados abertos para que eles possam exportar mercadorias a preços competitivos.

No livro “Emerging-Economy State and International Policy Studies - Paths to the Emerging State in Asia and Africa” no capítulo 11 “Agricultural Market Intervention and Emerging States in Africa” de Masayoshi Honma” aborda um problema por que vários países asiáticos passaram no passado e alguns africanos possam vir a passar no futuro, esse problema chama-se “o Paradoxo do Desenvolvimento” que é um fenómeno que ocorre normalmente nos países que estão em curso de desenvolvimento económico, onde tributação é imposta à agricultura, apesar de ser a maior indústria com muitos trabalhadores, mas por outro lado, quando o desenvolvimento progride, o sector agrícola está protegido, apesar de diminuir. Este paradoxo foi observado no Japão, Coreia e Taiwan durante o seu rápido período de crescimento económico e o economista Masayoshi Honma, faz um estudo sobre o aparecimento deste paradoxo em África, especialmente nos países da África Subsariana que estão em curso do desenvolvimento económico.

Ele demonstrou que “a política de tributação agrícola diminui à medida que o desenvolvimento económico progride e que até os países africanos adotaram políticas de proteção agrícola. O desenvolvimento económico de África poderia ter sido mais avançado se a tributação agrícola tivesse sido eliminada mais cedo. Se os países emergentes em África se tivessem concentrado em melhorar as infraestruturas, como as instalações de irrigação e drenagem, e em investir em estradas e transportes em vez de tributar a agricultura numa fase inicial de desenvolvimento, poderiam ter conseguido alcançar um crescimento mais rápido da agricultura.” É necessário então que os países africanos façam as correções necessárias e que sejam as chamadas políticas dissociadas, tais como os pagamentos diretos com investimento público em infraestruturas agrícolas para promover o crescimento agrícola para que não cometam o mesmo erro que os países asiáticos cometeram no passado.

Um dos desafios que também se tem tornado preocupante para os países em desenvolvimento é a globalização, que apesar de por vezes poder ser visto como uma coisa boa, pois pode ajudar a resolver problemas de pobreza devido à diminuição das barreiras comerciais, o encorajamento por parte do Banco Mundial para que os PED façam reformas de mercado, o que pode levar a um maior investimento dos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento, a globalização leva também a um aumento da criação de organizações internacionais como a ONU, Cruz Vermelha, que tem como objetivo ajudar a diminuir as desigualdades.

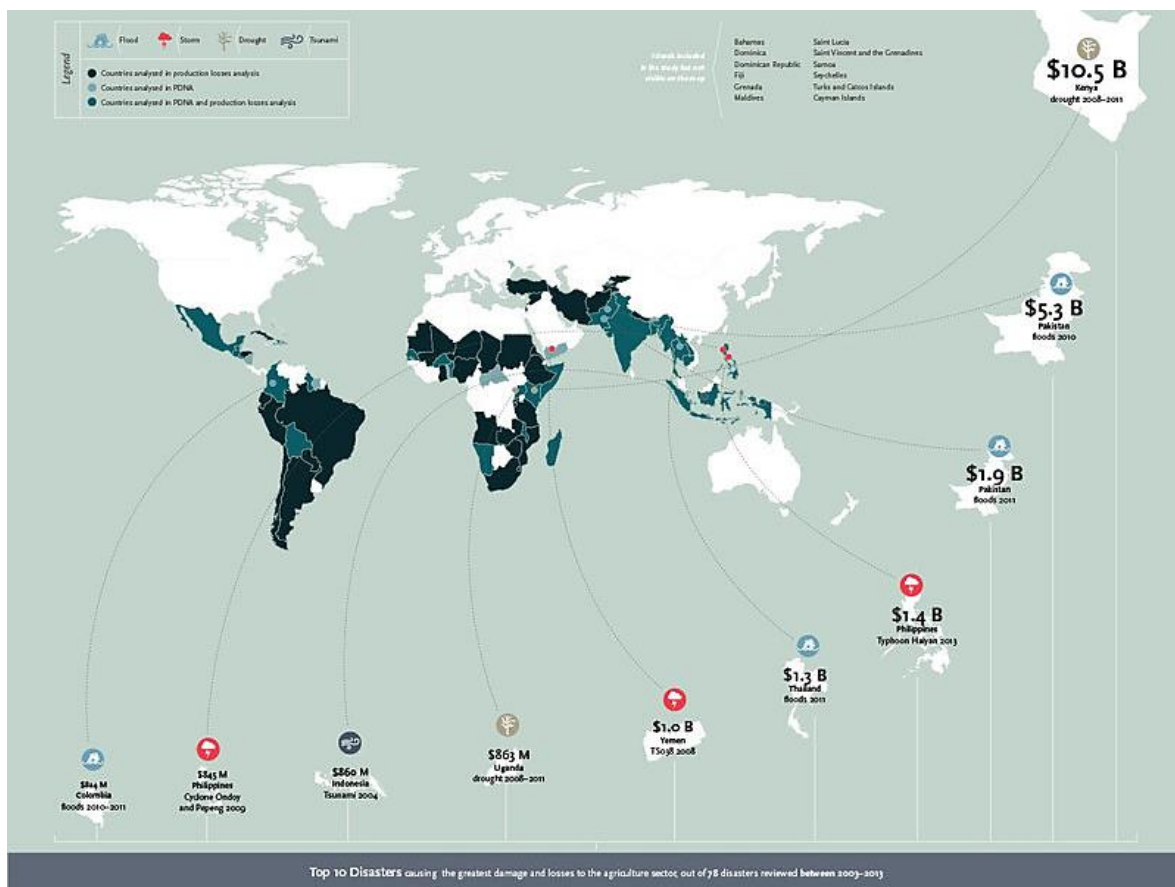
Apesar dos seus efeitos positivos a globalização também traz vários efeitos negativos, como o aumento das desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, como também dentro do próprio país, pois está a tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. Devido à maior facilidade de deslocação não só no próprio país como entre outros, isso facilita a propagação de doenças como se pode ver atualmente com o Covid-19. Outra desvantagem da globalização é a perda de profissionais altamente qualificados pois devido à facilidade de migração vão para os países desenvolvidos à procura de uma vida melhor.

Uma das maiores ameaças e desafios que as economias em desenvolvimento enfrentam são os desastres naturais (secas, terremotos, epidemias, cheias, furacões, entre outros), tanto em termos de frequência como nos danos que causam. Apesar de muitos países desenvolvidos também sofrerem frequentemente de desastres naturais, a sua capacidade de resposta, adaptação e prevenção é completamente diferente, enquanto nos países desenvolvidos sofrem maiores perdas económicas a curto prazo, têm mecanismos de prevenção para evitar ou reduzir a perda de vidas, como sistemas de alerta, e regulamentos de construção para garantir que o desenvolvimento em zonas de alto risco resiste a esses desastres, têm também seguros, equipas e infraestruturas médicas e de emergência disponíveis para reduzir o número de perdas.

Enquanto que nos países em desenvolvimento a capacidade de adaptação da sociedade face ao risco de desastres naturais pode ser vista como uma vulnerabilidade da sociedade antes do desastre acontecer. As condições económicas desfavoráveis, como aglomerações urbanas irregulares, e a aplicação inadequada de padrões de construção podem tornar uma sociedade mais vulnerável e menos resiliente a qualquer choque. Quando essas sociedades são atingidas por desastres, isso a longo prazo causa contratempos ou retrocessos no desenvolvimento social e económico do país, estes países têm falta de recursos para sistemas de alerta, a criação de zonas urbanas não projetadas para resistir a esses desastres causa vulnerabilidades, devido á falta de recursos e infraestruturas de emergência e médicas isso causa um maior número de mortes e isso faz com que seja necessário desviar fundos dos programas de desenvolvimento para programas de recuperação.

Mas as organizações internacionais e o setor privado podem ajudar explorando maneiras de criar instrumentos financeiros inovadores para fornecerem seguros em caso de desastre. Como por exemplo programas de seguros agrícolas com base nas chuvas e cheias, que dependem de financiamento publico internacional para o seu capital inicial. Ações e programas como este aceleram o regresso a um caminho de desenvolvimento sustentável.

Figura 1 Os 10 principais desastres que causam os maiores danos e perdas ao setor agrícola, de 78 desastres analisados entre 2003-2013



Fonte: FAO

## As divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento

Existem vários artigos que estudam o porquê de as disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ou porque dentro dos países em desenvolvimento as disparidades são tão grandes alcançando uns o crescimento sustentável e outros continuam na pobreza.

Um desses artigos é *“Why are some countries rich and others poor?”* de Scott A. Wolla, publicado em Setembro de 2017 e de acordo com este artigo para se diminuir a distância entre os países ricos e pobres o essencial é o crescimento económico dos países menos desenvolvidos. Referindo que as disparidades nas taxas de crescimento económico dos países geralmente resumem-se às diferenças nos inputs (fatores de produção) e na produtividade total de fatores (PTF), sendo que uma maior produtividade promove um crescimento económico mais rápido e isso permite que o país escape da pobreza. Os fatores indicados que podem aumentar a produtividade e o crescimento incluem instituições que fornecem incentivos para inovação e produção. Em alguns casos, o governo pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia de um país. Finalmente, aumentar o acesso ao comércio internacional pode fornecer mercados para os bens produzidos por países menos desenvolvidos e também aumentar a produtividade, aumentando o acesso aos recursos de capital.

Ricardo Hausmann, em 2014, no artigo *“Why do some countries develop faster than others?”* afirma que durante os últimos 200 anos houve a tendência dos países ricos crescerem muito mais do que os pobres criando assim uma divergência cada vez maior, mas nas últimas décadas essa tendência tem-se revertido nalguns países como a China, a Índia e a Tailândia. Ainda assim existem alguns países como ao Nicarágua, Costa de Marfim e o Quênia que continuam a divergir. De acordo com o artigo a razão de isso acontecer é devido a haver países com uma maior variedade de capacidades e que podem produzir mercadorias mais diversas e complexas. Quando um país não tem o conhecimento ou materiais suficientes para produzir uma certa mercadoria acabar por desistir por não conseguir acompanhar os países mais desenvolvidos, entrando numa “armadilha da pobreza”. Ainda assim os países têm uma hipótese de sair dessa armadilha, através de economias abertas e comércio internacional os países mais pobres podem fazer trocas de matérias e conhecimento para conseguirem acompanhar os países mais desenvolvidos.

Já no artigo *“Why did some countries advance while others remained in poverty?”* de Pedro Pereira Leite, publicado em 2015, o autor afirma que a razão para alguns países se desenvolverem e outros continuarem na pobreza é devido a darem a mesma solução a todos os países, o autor refere que é preciso ter-se uma “abordagem clínica”, ou seja, é preciso fazer-se um diagnóstico diferencial querendo assim dizer que é preciso estudar-se os países individualmente e ver-se que solução mais se adequa a esse país, pois apesar de haver muitos países pobres a mesma estratégia não serve para todos.

Os economistas Douglas A. Hibbs e Ola Olsson em 2004 lançaram também um artigo “*Geography, biogeography, and why some countries are rich and others are poor*” em que tentaram provar, através de um estudo, que a geografia e a biogeografia são determinantes fundamentais para perceber as diferenças na riqueza dos países, eles acreditam que quanto mais rica for a dotação biogeográfica nas regiões do mundo, mais cedo foi a transição para a agricultura estabelecida e, por conseguinte, foi o início do desenvolvimento tecnológico acelerado e do crescimento económico, embora as condições institucionais políticas sejam a fonte mais poderosa da riqueza das nações, a geografia e a biogeografia inicial continuam a ser variáveis explicativas significativas, mesmo após ser tomada em consideração as instituições.

Através da análise de várias variáveis, concluíram que apesar da geografia e a biogeografia terem um estatuto causal anterior tanto sobre as instituições como sobre os rendimentos *per capita* atuais, houve modelos que demonstraram que a qualidade das instituições tem uma forte ligação aos níveis nacionais de prosperidade. Mas ainda assim evidência sustenta a conclusão de que a geografia e a biogeografia afetam diretamente o desempenho económico, em vez de serem totalmente mediadas pela influência que essas variáveis tiveram na formação do desenvolvimento histórico das instituições.

Como se pode ver, pode chegar-se a várias conclusões sobre o porque do aumento das disparidades entre os vários países e possíveis soluções, mas de certeza que com a pandemia de Covid-19 essas diferenças vão só aumentar cada vez mais.

### III - Desafios presentes e futuros

#### O covid-19, a crise climática e os possíveis desafios futuros

As disparidades entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos são cada vez maiores e com um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico torna-se cada vez mais difícil para os países em desenvolvimento alcançarem os países desenvolvidos. Apesar de nos recentes anos a ajuda aos países em desenvolvimento e a erradicação de disparidades se ter tornado uma prioridade na ONU, como mostram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 e das medidas de apoio disponibilizadas, a ONU ainda está longe de cumprir os seus objetivos. Apesar dos desafios que estes países têm enfrentando, infelizmente, o futuro para estes países parece negro especialmente devido a dois dos desafios que têm causado um maior impacto atualmente, a crise climática e a pandemia de covid-19.

Os países em desenvolvimento enfrentam muitos problemas económicos devido à falta de tecnologia e gestão adequada do sistema de mercado. Isso levou ao aumento do desemprego, que hoje em dia é um problema sério. A maioria dos funcionários são mal pagos, o que piora ainda mais a situação.

Um dos grandes desafios que já se encontram no presente e continuarão não só a existir como a aumentar a sua importância e a causar uma maior disparidade entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento é o desenvolvimento tecnológico. Com um mundo cada vez mais global principalmente graças às novas tecnologias, um mundo onde tudo se faz *online*, vai ser cada vez mais difícil para países em desenvolvimento acompanhar os desenvolvidos, principalmente os países menos desenvolvidos que já têm dificuldades em ter sequer condições básicas de saneamento, saúde, educação, água potável. A diferença das realidades entre os dois tipos de países atingiu níveis absurdos, onde numa parte do mundo uma criança já não sabe viver sem um telemóvel ou um *tablet* e na outra parte do mundo crianças não têm acesso a medicamentos e centros de saúde e têm de procurar no lixo o que comer.

Uma das realidades presentes em 2020 e futuras é que para os países em desenvolvimento conseguirem acompanhar os países desenvolvidos no progresso tecnológico e económico iram ter de afetar o nível de vida da população e o IDH. Um exemplo é a China e a Índia, apesar da China ocupar o lugar 22 no ranking mundial da competitividade digital, ocupa a posição 85 de 189 países no IDH lançado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 e pior esta a Índia que apesar de ter conseguido a posição 44 no ranking mundial da competitividade digital ocupa a posição 129 no IDH lançado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 e tem uma expectativa de vida de 69 anos, situando-se abaixo da Líbia, Líbano, Vietnam, Marrocos, entre outros.



Tendo sido o ano de 2020 um ano onde muitos países têm sofrido, Desenvolvidos e em Desenvolvidos, começando por incêndios, catástrofes naturais e até a pandemia de Covid-19, que está a causar vários desafios especialmente alguns dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Sendo os PMD muito dependentes dos apoios dos PD e estando estes a passar por crises devido ao CoViD-19, os apoios e ajudas iram diminuir, causando crises económicas, sociais, políticas, entre muitas outras. O verdadeiro desafio para estes países vai ser conseguir acompanhar o desenvolvimento tecnológico e medicinal dos países desenvolvidos de uma maneira sustentável e tendo em consideração o ambiente, pois é preciso começar a tomar medidas em relação à crise climática antes que seja tarde de mais, e ao mesmo tempo lidando com uma pandemia mundial de CoViD-19 com um elevado risco de transmissão.

O WESP 2021 publicado pela ONU foca-se principalmente na pandemia mundial e na crise criada pela mesma, dividindo-se em 3 grandes tópicos, a perspetiva económica mundial, o futuro do comercio mundial e a perspetiva de desenvolvimento regional (economias desenvolvidas, economias em transição e economias em desenvolvimento). A pandemia mundial de Covid-19 afetou a economia mundial de tal maneira que se pode dizer que criou a crise do século, durante vários meses a incerteza e o pânico paralisaram a maior parte das atividades económicas até dos países mais desenvolvidos. Esta crise criou uma grande rutura na economia mundial, onde todos os países sofreram uma queda do PIB, mas a maior queda deu-se nos países desenvolvidos, estima-se que a produção nas economias desenvolvidas tenha diminuído 5.6 % em 2020, com um crescimento projetado para se recuperar para 4.0% em 2021, enquanto que os países em desenvolvimento sofreram uma contração menos severa, com a produção diminuindo 2.5%, e um crescimento económico estimado de 5.7% em 2021.

Esta grande rutura na economia mundial acabou por desencadear crises em várias áreas da economia, como uma crise de desemprego severa mundial, em meados de 2020 as taxas de desemprego nos países em desenvolvimento aumentaram rapidamente para níveis recorde, para 27% na Nigéria, 23% na India, 21% na Colômbia, e em particular tem sido dura para as mulheres não só as áreas de trabalho mais afetadas são as que empregam maior número de mulheres como o retalho e o turismo, mas as mulheres que sofrem violência domestica aumentou durante a quarentena. Deu-se também uma obstrução das cadeias de abastecimento globais e domésticas, uma combinação de excesso de liquidez e baixa inflação criou uma bolha financeira, que pode ameaçar a estabilidade financeira e a recuperação. Ainda assim medidas de estímulo fiscal podem prevenir uma crise económica, pelo menos nos países desenvolvidos, pois enquanto o estímulo para os países desenvolvidos foi em média de 15.8%, no grupo de países menos desenvolvidos (46 países) só conseguiram aumentar o apoio fiscal direto e indireto em 2.6% do seu PIB. As finanças e dividas publicas estão a enfrentar riscos sem precedentes, os deficits e a dívida estão a aumentar para níveis recordes, agravando os riscos de sobre-endividamento, é preciso ter-se atenção para não se comprometer a prosperidade das gerações futuras, é preciso ter-se

também atenção para que as crescentes preocupações com os deficits fiscais e sustentabilidade da dívida não empurrem os governos para a austeridade.

Com o aumento da pobreza e desigualdade criada por esta crise vai ser ainda mais difícil para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos recuperarem. O número de pessoas a viverem na pobreza é estimado aumentar em 131 milhões de pessoas, estima também que 797 milhões de pessoas ainda estarão presas na pobreza em 2030, o que fará com que o primeiro objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável da ONU falhe e isso causará que outros objetivos falhem. É preciso então haver uma recuperação com resiliência, mas ao contrário dos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento são incapazes de responder com grandes respostas fiscais, e provavelmente o seu desenvolvimento e crescimento ao contrário das tendências anteriores à crise iram diminuir.

Um dos principais fatores que levaram à rutura da economia mundial foi a quebra no comércio mundial e nas exportações entre países, o WESP 2021 aborda o futuro do comércio tendo em conta as consequências e os desafios que poderá criar nos países em desenvolvimento. As restrições às viagens transfronteiriças, a paragem das redes de produção internacionais e a redução da procura no mundo todo causaram um choque significativo no comércio mundial. Apesar do colapso nos fluxos do comércio no início da pandemia, nos meados de 2020, liderada pela China e outros países do leste asiático, começou-se a dar a recuperação dos fluxos do comércio, e aumento da procura de medicamentos, equipamento eletrónico e equipamento de proteção pessoal.

Devido às restrições nas viagens entre países, o turismo mundial teve um colapso significativo, criando uma emergência em muitos países em desenvolvimento, onde o turismo é responsável por até 80% do total das receitas de exportação. Apesar de os países aos poucos estarem a conseguir controlar a pandemia e de aos poucos se conseguir ver um início de recuperação dos fluxos comerciais, as incertezas sobre o futuro do comércio mundial ainda são bastantes. Esta crise afetou os mercados internacionais de *commodities* de uma forma muito desigual, pois enquanto o mercado da agricultura e alimentos têm continuado resilientes e sua procura mundial robusta, os preços e a procura de metais têm sofrido perturbações, o mercado de energia foi o que sofreu a maior quebra que pode potencialmente ter consequências a longo prazo.

A mudança no cenário do comércio mundial poderá ter um grande impacto no progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, devido à aceleração de várias mudanças estruturais e a ascensão das tecnologias digitais, pode ter impacto nas perspetivas de crescimento dos países e no seu progresso em direção um desenvolvimento sustentável. A digitalização está a transformar o fabrico e prestação de serviços no mundo todo, a aceleração do crescimento da digitalização e as tecnologias emergentes estão a transformar a prestação de serviços no mundo todo, o que pode causar desafios para os países menos desenvolvidos.

Apesar do rápido avanço tecnológico poder causar vários desafios novos aos países em desenvolvimento, poderá também criar novas oportunidades. Apesar das dificuldades a tentar recriar o sucesso que o leste asiático teve ao usar o comércio como um motor para o desenvolvimento, esta mudança no panorama do comércio mundial requer que os países em desenvolvimento reavaliem as suas estratégias de desenvolvimento. Os países em desenvolvimento iram ter de priorizar conteúdo de serviços nas suas exportações para se manterem competitivos no panorama do comércio mundial.

As alterações climáticas são também um dos desafios mais difíceis de superar não só para os países em desenvolvimento como para o mundo todo, mas sendo os países em desenvolvimento os mais afetados pelas suas consequências e os que são menos capazes de lidar com elas. Isso cria vulnerabilidades e impasses e por vezes até recuos no desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.

Um dos maiores efeitos das alterações climática e que já tinha referido acima são os desastres naturais que têm várias consequências no desenvolvimento de um país, pois as temperaturas extremas, secas, cheias, estão na origem de inundações e podem diminuir a qualidade da água, reduzir a disponibilidade de recursos hídricos e até causar a perda de biodiversidade, o que pode afetar principalmente a agricultura, a silvicultura, a pesca, a energia e o turismo, que são os setores que mais população empregam nos países em desenvolvimento. Não esquecendo nos efeitos que as alterações climáticas têm na saúde humana, que pode causar problemas como a insolação, alergias, doenças transmitidas por mosquitos como a dengue e a malária, desnutrição e fome. De acordo com a Organização Mundial de Saúde até 2030 as alterações climáticas deverão contribuir para aproximadamente 250 000 mortes por ano, devido à desnutrição, malária e diarreia. Tendo em conta a importância das alterações climáticas, e a dimensão das suas consequências é importante encontrar-se soluções rápidas que revertam estes efeitos.

#### O impacto destes desafios na economia dos países em desenvolvimento

A pandemia de Covid-19 afetou e continua a afetar o mundo todo, e apesar das tentativas de contenção e prevenção do vírus, os países em desenvolvimento são os que vão sofrer um maior impacto, podendo causar consequências potencialmente tão extremas que podem reverter décadas de progresso ao desenvolvimento. Com o aumento significativo das infeções os sistemas de saúde já fracos e com escassez de profissionais de saúde e ventiladores iram colapsar. As medidas de contenção nestes países iram afetar ainda mais as empresas e famílias, podendo irromper as cadeias de abastecimento, gerando uma crise alimentar e assim causando um aumento da violência e assaltos. Estes países não terão capacidade operacional e económica para acompanhar os países desenvolvidos no combate ao impacto que as medidas de contenção terão no emprego e meios de subsistência.

Muitas das consequências que irão afetar economicamente os países em desenvolvimento são o aumento dos custos de importação, colapso do turismo, disponibilidade reduzida dos bens básicos, declínio da confiança no governo, aumento do risco de violência de gênero, falta de investimento estrangeiro direto, endividamento dos países ao pedirem apoios ou empréstimos, entre muitas mais. Existe também a possibilidade de que devido a estas consequências todas e os problemas que estes países já têm cause um “dilema entre morrer à fome ou morrer por infeção”, o que pode abrir a porta para grupos extremistas se aproveitarem da fragilização dos governos para alimentar a violência e guerras, fazendo recuar décadas de desenvolvimento.

Face a esta pandemia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) agiu com bastante rapidez e aumentou o financiamento de emergência, mais de 90 países em desenvolvimento já solicitaram assistência financeira ao FMI. O FMI e o Banco Mundial apelaram aos credores bilaterais oficiais a suspensão do pagamento da dívida aos países em desenvolvimento e o FMI está também a fornecer o alívio imediato da dívida para 25 países membros de baixa renda, usando doações para cobrir as suas obrigações multilaterais de serviço da dívida por 6 meses. Mas para evitar o colapso das economias e países em desenvolvimento é preciso fazer-se muito mais, pois nem os países em desenvolvimento com as economias mais promissoras podem sobreviver a esta pandemia, um exemplo é a Nigéria.

No artigo *“Nigeria’s Economic Reforms: Progress and Challenges”* de Ngozi Okonjo-Iweala and Philip Osafo-Kwaako, publicado em 2007, aborda-se o progresso e os desafios da Nigéria divide-se em reformas macroeconómicas, reformas estruturais, reformas institucionais e de governo e os desafios atuais. A conclusão geral deste artigo é que, embora a Nigéria tenha feito um progresso significativo no seu atual programa de reformas, muitos outros desafios permanecem, principalmente na tradução dos benefícios das reformas para os cidadãos, na melhoria do clima de investimento doméstico e na extensão do programa de reforma para os níveis de governo estadual e local. O atual programa de reformas deve, portanto, ser visto como os passos iniciais de uma jornada muito mais longa de recuperação económica e crescimento sustentado.

Passos iniciais que resultaram, pois mundialmente é considerada a 30ª maior economia, em volume do PIB. Em 2019 registou um crescimento de 2,2% (FMI), mas tem uma economia muito dependente do petróleo e altamente vulnerável nos preços e na produção do petróleo bruto. Mas apesar de ser uma economia crescente, de acordo com as previsões atualizadas do FMI de 14 de abril de 2020, devido à pandemia o crescimento do PIB deverá cair para -3,4% em 2020.

Tabela 5 – Dados económicos da Nigéria

Indicadores Principais	2018	2019 (e)	2020 (e)	2021 (e)	2022 (e)
PIB (mil milhões de dólares)	398,16	448,12	442,98	446,88	531,36
PIB (preços constantes, variação percentual anual)	1,9	2,2	-4,3	1,7	2,5
PIB per capita (USD)	2	2	2	2	2
Dívida Bruta do Governo Geral (em% do PIB)	27,7	29,1	35,0	35,5	36,2
Taxa de inflação (%)	12,1	11,4	12,9	1	11,2
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	22,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta corrente (mil milhões de dólares)	3,88	-17,02	-16,17	-9,41	-7,83
Conta Corrente (em% do PIB)	1,0	-3,8	-3,7	-2,0	-1,5

Fonte: FMI

Apesar de em 2019 a Nigéria ter uma economia em crescimento, com a taxa de inflação a descer, o PIB a aumentar, a Nigéria tinha ainda uma economia bastante frágil e vários desafios por ultrapassar como infraestruturas de transporte deficientes, sistema judiciário ineficiente, corrupção generalizada e apesar da taxa de inflação de encontrar a descer estava ainda alta. Mas com o aparecimento a crescente economia da Nigéria é mais provável cair com as estimativas feitas pelo FMI não muito positivas, até pelo contrário.

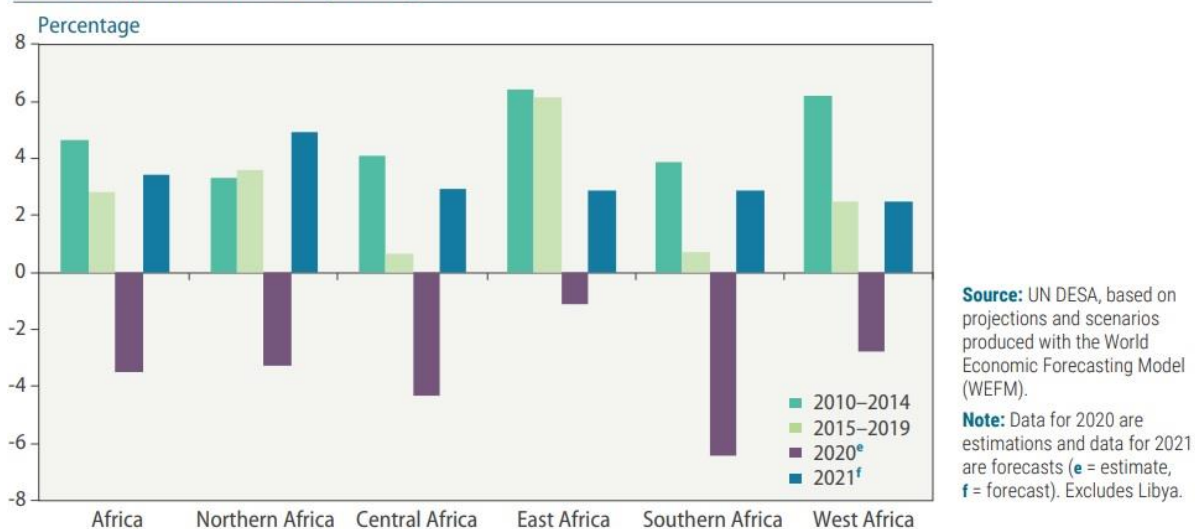
No WESP 2021 no tópico das perspetivas regionais podemos ver atentamente os impactos que a pandemia e esta crise criada por ela tem estado a ter nas várias regiões do mundo, incluindo os países em desenvolvimento. Apesar das economias desenvolvidas serem as mais atingidas por esta crise, as consequências a longo prazo podem afetar mais os países em desenvolvimento.

O continente africano está a sofrer uma desaceleração económica sem precedentes que, a longo prazo, terá grandes impactos no desenvolvimento do continente. Devido às

quarentenas obrigatórias para controlo da pandemia, menor procura externa, o colapso do turismo, isso provocou graves quebras na economia. Apesar de vários países africanos terem sido rápidos a tomar ações para conter a propagação da pandemia, os sistemas de saúde da maior parte dos países continuam a ser demasiado fracos para proteger a população vulnerável. Sendo assim torna-se difícil ou até impossível conter as consequências, causando assim esta crise um aumento do desemprego, pobreza e desigualdade que pode por em risco o desenvolvimento feito nas últimas décadas.

Figura 2 - Crescimento real do PIB em Africa, por sub-regiões

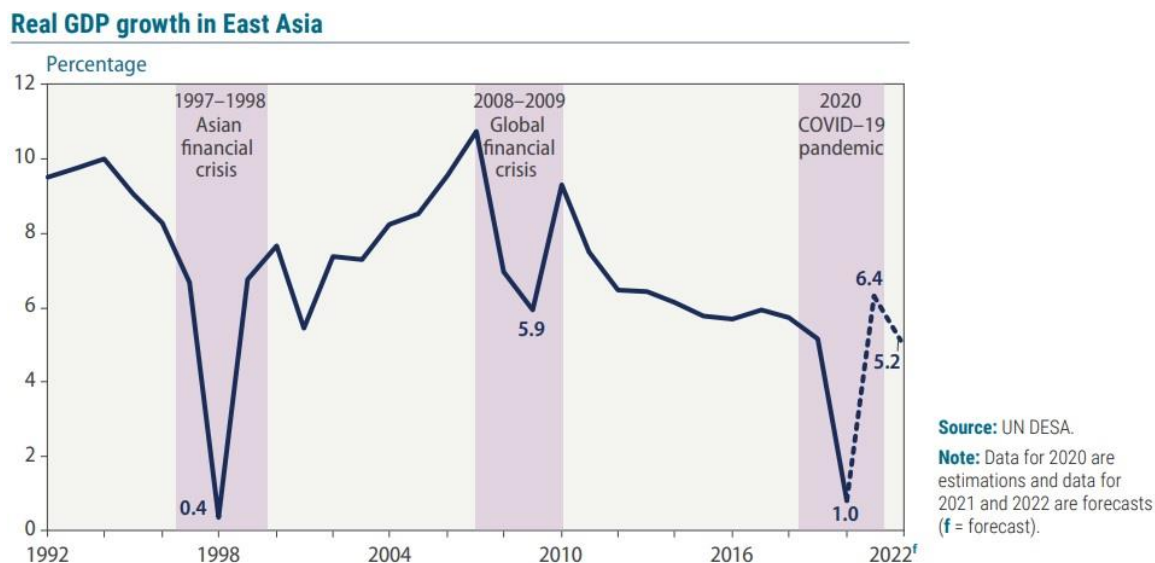
### Real GDP growth in Africa, by subregion



Fonte: world economic situation and prospects 2021

O leste asiático viu uma grande desaceleração económica em 2020, marcando a menor expansão desde a crise financeira asiática de 1997, devido principalmente às normas severas para a contenção da propagação do vírus, como restrições à mobilidade, encerramento de negócios forçado e grande redução dos investimentos e gastos familiares. Apesar das medidas de estímulo à política económica que fornecem apoio à procura interna, ajudem a compensar alguns dos efeitos negativos, a considerável quebra da procura externa causa efeitos negativos nas economias dos países. Ainda assim as economias do leste asiático conseguiram superar as outras economias regionais.

Figura 3 - Crescimento real do PIB no Leste Asiático



Fonte: world economic situation and prospects 2021

No sul da Ásia a pandemia e a crise económica mundial deixaram grandes marcas, transformando uma das regiões com maior crescimento económico na região com pior desempenho de 2020. Todos os países desta região sofreram um grande impacto com a crise, aumentando as vulnerabilidades existentes, piorando o já fraco sistema de saúde pública e as suas infraestruturas, os mercados de trabalho mal organizados e ausência de uma rede de segurança confiável impediram os governos de implementar as restrições eficazes para conter a propagação do vírus. Como resultado a crise devastou os meios de subsistência em toda a região, o PIB per capita caiu quase 10%, enquanto a pobreza e as desigualdades continuam a aumentar.

Na Ásia Ocidental o setor do turismo e da energia foram os que levaram o maior impacto. As quebras do turismo levam ao enfraquecimento do alojamento, transportes e retalho. Já a quebra no mercado de energia diminuiu as receitas dos exportadores e colocou restrições às opções de política fiscal.

A economia da América Latina e das Caraíbas sofreu consequências devastadoras, devido ao prolongamento das quarentenas obrigatória, enfraquecimento dos mercados de exportação e o colapso do turismo, aumentaram o número de população que vive na pobreza. Ainda assim muitos governos conseguiram atenuar as consequências da crise através de estímulos monetários e fiscais.

## Possíveis soluções para esses desafios

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 (RDH) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 entram algumas soluções para os problemas e desafios mencionados anteriormente. No RDH a desigualdade é analisada em 3 passos, que são:

- Olhar para além do salário; o RDH estabelece que é preciso olhar-se para além do salário para se entender o porque da continua desigualdade entre pessoas e países. Estabelece também uma relação entre a distribuição desigual de educação, saúde e padrões de vida como o impedimento do progresso dos países. Propões assim combater estas desigualdades através de políticas que abordem o assunto ainda antes da criança nascer, investindo na educação, saúde e nutrição da criança ainda antes desta nascer, políticas que apoiem sindicatos mais fortes, fixar o salário mínimo certo, investir na proteção social e atrair mulheres para o local de trabalho, através de políticas Antitrust (controlo de fundos fiduciários ou outros monopólios, promovendo assim uma concorrência leal entre empresas) resolvendo assim os desequilíbrios de mercado, entre outras.
- Olhar para além das médias; já que as médias e os índices médios muitas vezes escondem o que se passa realmente, então é preciso informação mais detalhada para se conseguirem criar políticas que combatam eficazmente a desigualdade. Para se combater as várias dimensões da pobreza é preciso prestar-se atenção aos mais afetados pela desigualdade. Sendo as mulheres das mais afetadas pelas desigualdades pois um novo “índice de normas sociais” no relatório mostra que a desigualdade de género está a crescer, sendo assim as políticas que abordam os preconceitos, normas sociais e estruturas de poder são essenciais.
- Olhar para além de hoje; o relatório mostra também que é preciso prestar-se atenção às desigualdades que podem mudar e tornar-se importantes no futuro como a crise climática e a transformação tecnológica que pode evoluir e causar mais desigualdade no futuro. Recomenda assim políticas de proteção social que garantam compensação justa pelo investimento na aprendizagem ao longo da vida para ajudar os trabalhadores a adaptarem-se ou a mudarem para novas profissões e o consenso internacional sobre como tributar as atividades digitais.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030 apresentam também várias soluções para se lidar com vários problemas como a implementação de medidas e sistemas de proteção social adequados a todos os escalões, a criação de enquadramentos políticos sólidos com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis à igualdade de género, para a ajuda na erradicação da pobreza. Criam também soluções para erradicação da fome e garantir educação e saúde de qualidade sendo esta última ligada ao saneamento e água potável para todos visto que isso é uma das possíveis medidas para acabar com a proliferação de doenças que provêm da falta de saneamento e água potável. Promovem então a adoção de medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado,



aumentar o financiamento da saúde, recrutamento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, aumentar professores qualificados, melhorar instalações para a educação, apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Um dos desafios mais importantes a que os ODS também apresentam soluções, é objetivo 13: ação climática. Existem 3 maneiras principais de responder às alterações climáticas, a mitigação, ou seja, reduzir as próprias alterações climáticas, diminuindo os gases de efeito de estufa, adaptação, adotar medidas para reduzir as consequências adversas das mudanças climáticas, alavancando o setor privado, ou seja, promover o investimento em tecnologia limpa e energia renováveis, agricultura sustentável e inteligente para o clima, gestão de bacias hidrográficas. A ONU refere nos ODS várias medidas que se podem tomar para ajudar a responder às alterações climáticas, reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países, integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais, melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas e promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Figura 4 – Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: ONU

Apesar do esforço contínuo da ONU para acabar com as desigualdades e os desafios por que passam os países em desenvolvimento, tem-se mostrado ser bastante difícil atingir os objetivos como o da redução das desigualdades que como mostrou o RDH as desigualdades de gênero aumentaram ainda mais, e ainda que mostre muitas soluções, existem alguns desafios que se iram sobrepor a essas soluções, como guerras, regimes políticos corruptos e desafios inesperados como a pandemia do Covid-19.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020 a ONU reforça a importância que as alterações climáticas têm no futuro e desenvolvimento dos países. Acredita que através de um ajustamento do Índice de Desenvolvimento Humano que mede a saúde, educação e padrões de vida de um país, se incluirmos dois elementos que é as emissões de dióxido de carbono e “material footprint”, assim o índice mostra como mudava o desenvolvimento mundial se o bem-estar das pessoas e do planeta fossem centrais para definir o progresso da humanidade. Com o IDH ajustado às pressões Planetárias ou IDHP, aparece um novo panorama mundial com uma avaliação mais clara do progresso humano. Com o IDHP mais de 50 países caíam do grupo de desenvolvimento humano muito alto isso reflete a sua dependência em combustíveis fósseis.

Para conseguirmos arranjar uma solução para as alterações climáticas teremos de começar a trabalhar com a natureza e não contra ela, para isso é necessário transformar normas sociais, valores e iniciativas governamentais e de financiamento, por exemplo estima-se que até 2100 os países mais pobres podem sofrer até mais 100 dias de climas extremos devido às alterações climáticas a cada ano, isso podia ser mudado para metade de se os Acordos de Paris fossem completamente implementados.

O RDH 2020 mostra que as desigualdades dentro e entre países, com raízes no colonialismo e racismo, significam que as pessoas que têm mais aproveitam-se dos benefícios da natureza bloqueando as oportunidades para as pessoas que têm menos e minimiza a sua capacidade de fazer alguma coisa a seu respeito. A discriminação baseada na etnia frequentemente deixa também comunidades afetadas e expostas altos riscos ambientais, como o lixo tóxico ou poluição excessiva. Para abordar essas desigualdades, é preciso tomar-se ação pública, por exemplo, a criação de impostos progressivos para proteger as comunidades costeiras através de investimentos preventivos e seguros, tendo cuidado para garantir que tais ações não colocam as pessoas ainda mais contra o planeta.

A propagação do vírus SARS-COV-2 desencadeou uma crise sem precedentes então a ONU tem focado toda a sua atenção na resposta esta crise, focando-se em três componentes críticos. A resposta à saúde coordenada pela Organização Mundial de Saúde, a resposta humanitária, coordenada pelo Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e a resposta socioeconómica, coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em colaboração com todas as agências da ONU.

A resposta da ONU ao impacto socioeconómico da crise considera uma variedade de dimensões interligadas, proteger e fortalecer o sistema de saúde; proteção social e serviços básicos que incluem, alimentação e nutrição, educação, água e saneamento, violência de género, Proteção, saúde mental e apoio psicossocial; proteger empregos e recuperação económica; a resposta macroeconómica e a coordenação multilateral; Coesão social e resiliência comunitária. Esta resposta da ONU foca-se também na dívida, através de uma abordagem em três fases envolvendo os credores, e os países que enfrentam problemas de liquidez e solvência devido à crise.

Na primeira fase, deve ser instituída uma paralisação geral da dívida durante dois anos para todos os países que não conseguirem pagar, e os credores bilaterais oficiais devem instituir uma moratória de emergência para o pagamento da dívida soberana. A paralisação deve estabelecer uma data limite, após a qual novos financiamentos serão excluídos de futuras reestruturações de dívidas, a fim de facilitar o acesso a financiamentos após esta data, e permitir cronogramas de reembolso que garantam a capacidade dos países de implementar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

Na segunda fase deve-se considerar uma avaliação mais abrangente e opções para a sustentabilidade da dívida. As trocas de dívida podem libertar recursos para a resposta à pandemia nos países em desenvolvimento, embora possam não resolver adequadamente as situações de dívida insustentáveis, um mecanismo de dívida para os ODS, com foco na criação de um espaço fiscal para recuperação de forma resiliente.

Na terceira fase é importante considerar-se o tratamento de questões pendentes nesta nova arquitetura da dívida internacional, deve ter como objetivo evitar que a falta de cumprimento se transforme em crises financeiras e económicas prolongadas, restaurando a sustentabilidade da dívida pública e aumentando a capacidade dos países de atingir as metas de desenvolvimento sustentável.

É importante perceber que apesar dos esforços da ONU na tentativa de solucionar os desafios e problemas associados aos países em desenvolvimento e reduzir as assimetrias entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, a verdadeira mudança tem de vir do país. É preciso tomar medidas e supervisionar para que os apoios e fundos da ONU sejam aplicados de maneira mais sustentável, e que não sejam desviados para proveito próprio, pois até dentro de vários países em desenvolvimento se vêem assimetrias muito grandes entre os pobres e ricos.

## IV – Metodologia

### Tipo de Estudo

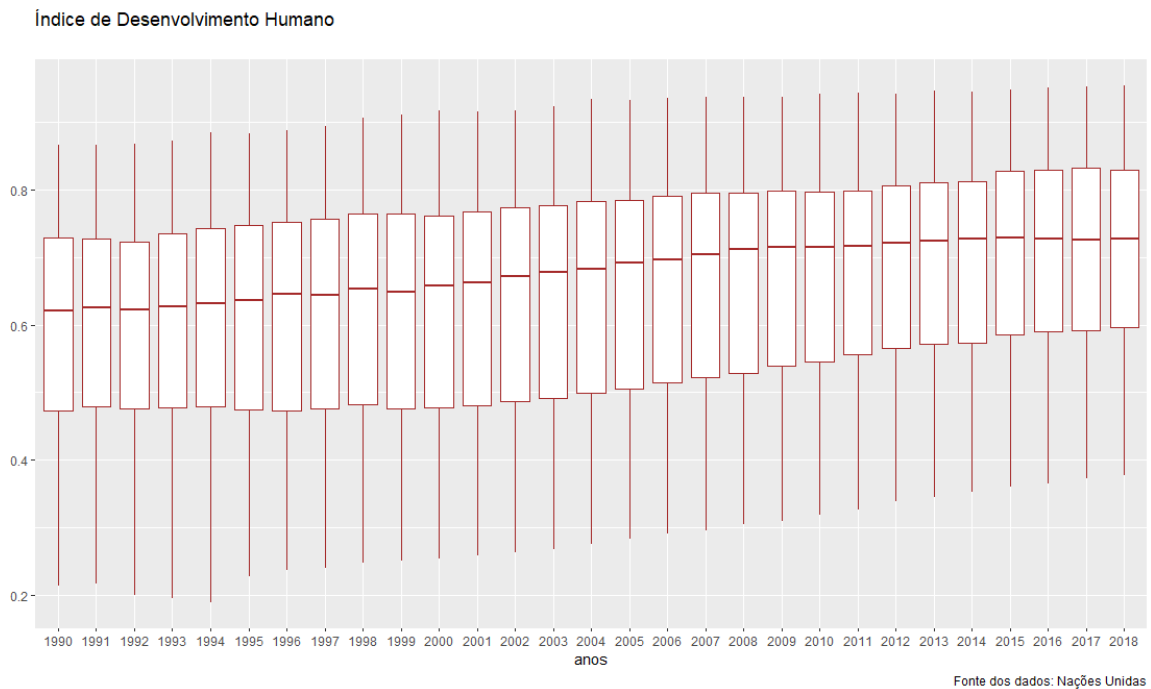
É um estudo de natureza empírica, e de caráter experimental, onde se observa o Índice de Desenvolvimento Humano e os seus três sub-índices: educação, saúde e rendimento nos vários países e continentes. A análise do IDH irá se fazer através da comparação e análise de gráficos com informação desde 1990 até 2018. O objetivo deste estudo é tentar perceber através do IDH, que é o critério principal da ONU para a classificação dos países em PD e PED, onde os países diferem mais e quais áreas os países em desenvolvimento se deve focar mais para que as disparidades se tornem menores.

### Exercício sobre o Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimentos, foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e desde 1993 que é usado pela ONU para classificar os países membros como países desenvolvidos, países em desenvolvimento ou até países menos desenvolvidos.

O IDH usa critérios como o índice de educação calculado através da taxa de alfabetização e da escolaridade, o índice de saúde calculado através da expectativa de vida ao nascer que reflete as condições de saúde e o índice de rendimento calculado através do PIB *per capita* e da paridade do poder de compra (PPC). Para “calcular” o desenvolvimento dos países, que pode variar numericamente entre 0 e 1, com base nesses critérios os países podem ter um IDH muito elevado, onde se encontram os países desenvolvidos, que vai de 0,800 a 1, elevado que vai de 0,700 a 0,799, médio que vai de 0,555 a 0,699, e baixo que vai de 0 a 0,554. Iremos então usar estes critérios para comparar e analisar o desenvolvimento das várias regiões do mundo.

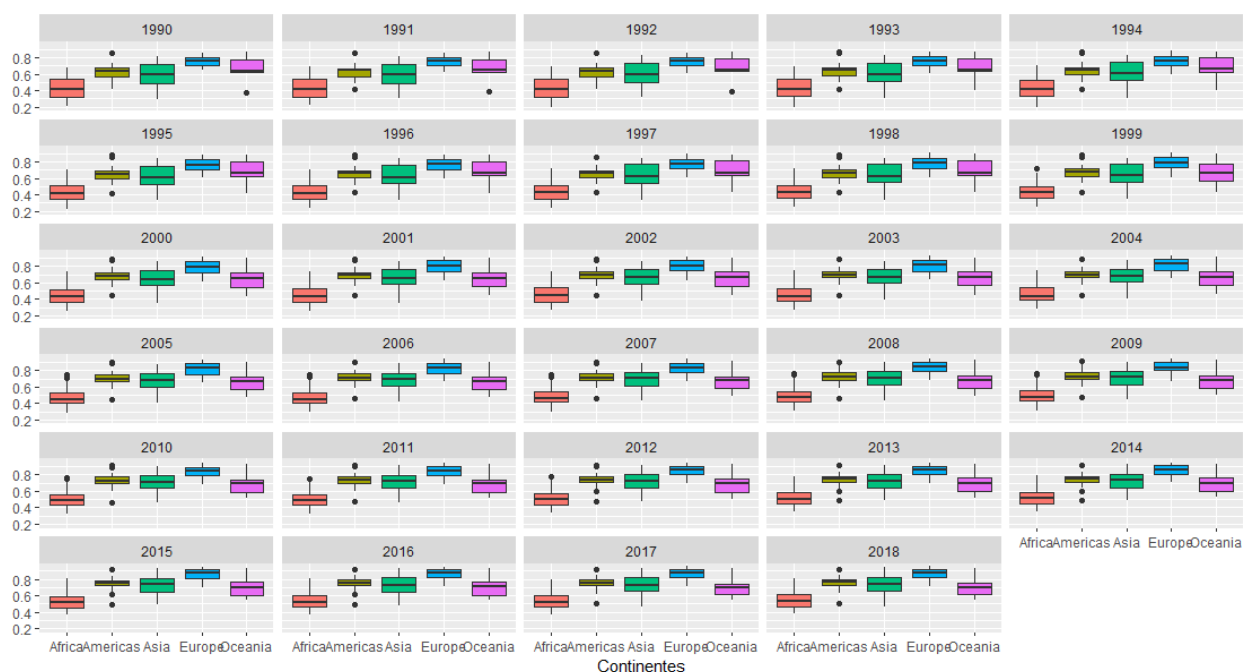
Figura 5 – Box-plot do Índice de Desenvolvimento Humano ao longo dos anos



Na figura 5 podemos observar que apesar de uma tendência crescente do IDH ao longo dos anos, o crescimento ainda não é elevado o suficiente pois a mediana ainda se situa abaixo do nível de IDH muito elevado onde a maior parte dos países desenvolvidos se encontra e só relativamente há poucos anos se encontra no nível elevado de IDH.

Para além disso, pode ainda verificar-se como a dispersão dos valores do IDH se tem mantido relativamente constante, o que indica alguma dificuldade na obtenção da desejada convergência do desenvolvimento, por parte dos países menos desenvolvidos, em relação aos mais desenvolvidos.

Figura 6 – Box-plot do Índice de Desenvolvimento Humano por continentes ao longo dos anos  
Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte dos dados: Nações Unidas

Poderemos então ver na figura 6 quais os continentes que se encontram ainda com um IDH muito baixo comparado com os outros e quais em que o IDH aumentou mais ao longo dos anos.

Como seria de esperar, África é o continente que ao longo dos anos se tem mantido com o IDH mais baixo, isso deve-se provavelmente ao facto de ser lá que se encontram a maior parte dos PEM e PMD, podemos também observar que as diferenças no IDH dentro do continente Africano diminuíram apesar da mediana se ter mantido constante.

A Europa tem-se mantido no topo como o continente com um maior IDH ao longo dos anos, o que seria de esperar, visto que como continente tem a maior parte dos países desenvolvidos. A América tem aumentado o nível de IDH bastante ao longo dos anos, não se encontrando no topo pois apesar de ter alguns dos países mais desenvolvidos no mundo tem também uma grande parte dos países em desenvolvimento, fazendo com que fique atrás da Europa no nível de desenvolvimento.

Um dos continentes que mais aumentou o nível de IDH e diminui as disparidades dentro do continente ao longo dos anos foi a Ásia, o que se deveu provavelmente ao caso do Japão e a ser na Ásia que se encontram grande parte das economias emergentes. Nos últimos anos a Ásia tem chegado bastante perto de alcançar a América no nível de IDH. Já a Oceânia tem-se mantido bastante constante ao longo dos últimos anos.

Em suma, apesar de algumas alterações, podemos afirmar que, de 1990 a 2018, o panorama do desenvolvimento por continentes não se alterou significativamente.

Iremos continuar a aprofundar este tema através da análise dos critérios usados no IDH para tentar perceber em que áreas se deveram focar os continentes para conseguir aumentar o seu IDH. Começando pela educação, podemos consultar a Figura 7.

Figura 7 – Box-plot do Índice de educação ao longo dos anos

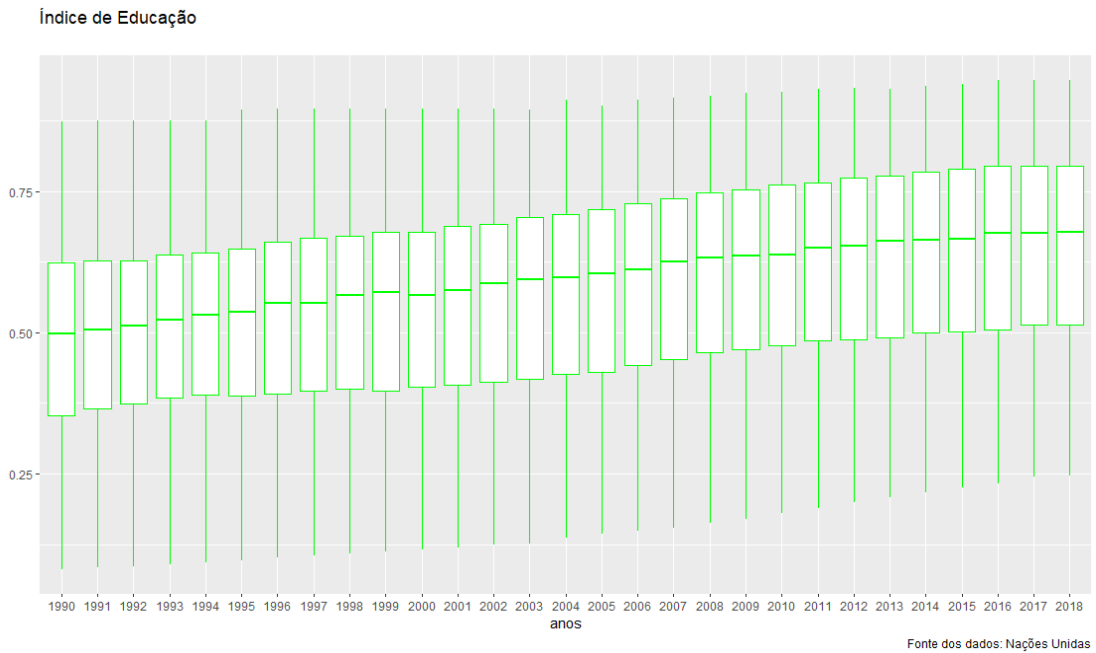
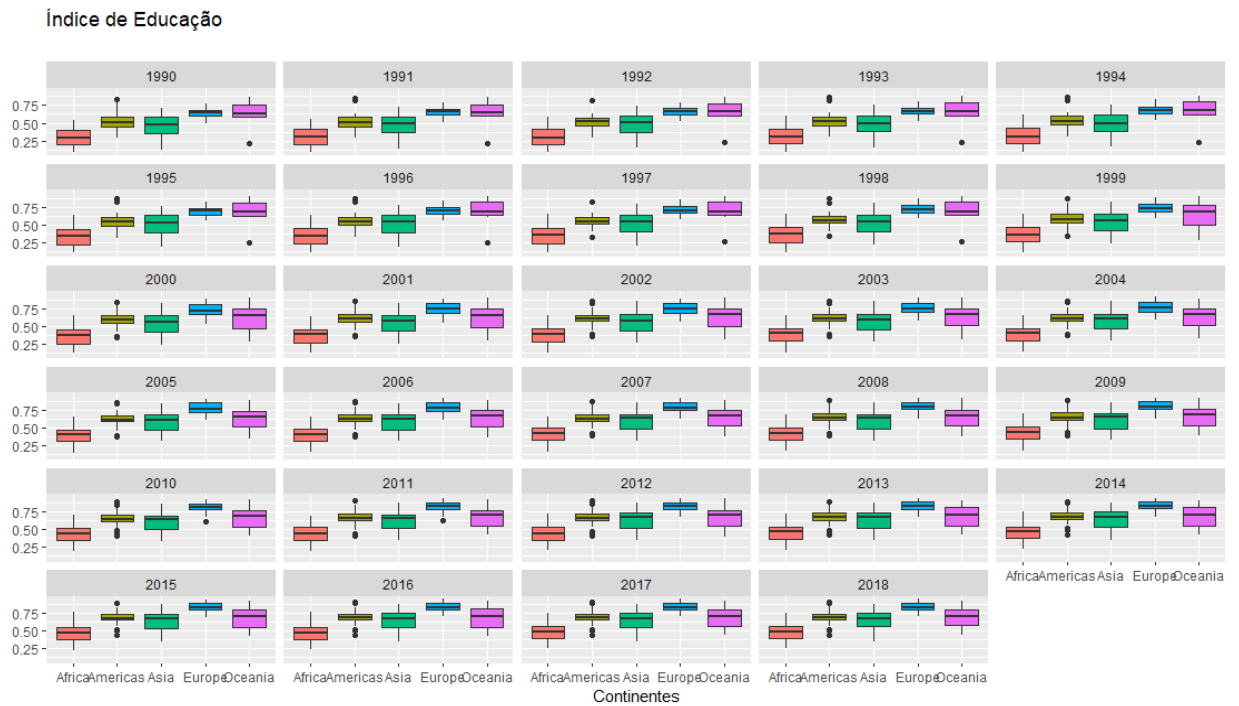


Figura 8 – Box-plot do Índice de educação por continentes ao longo dos anos

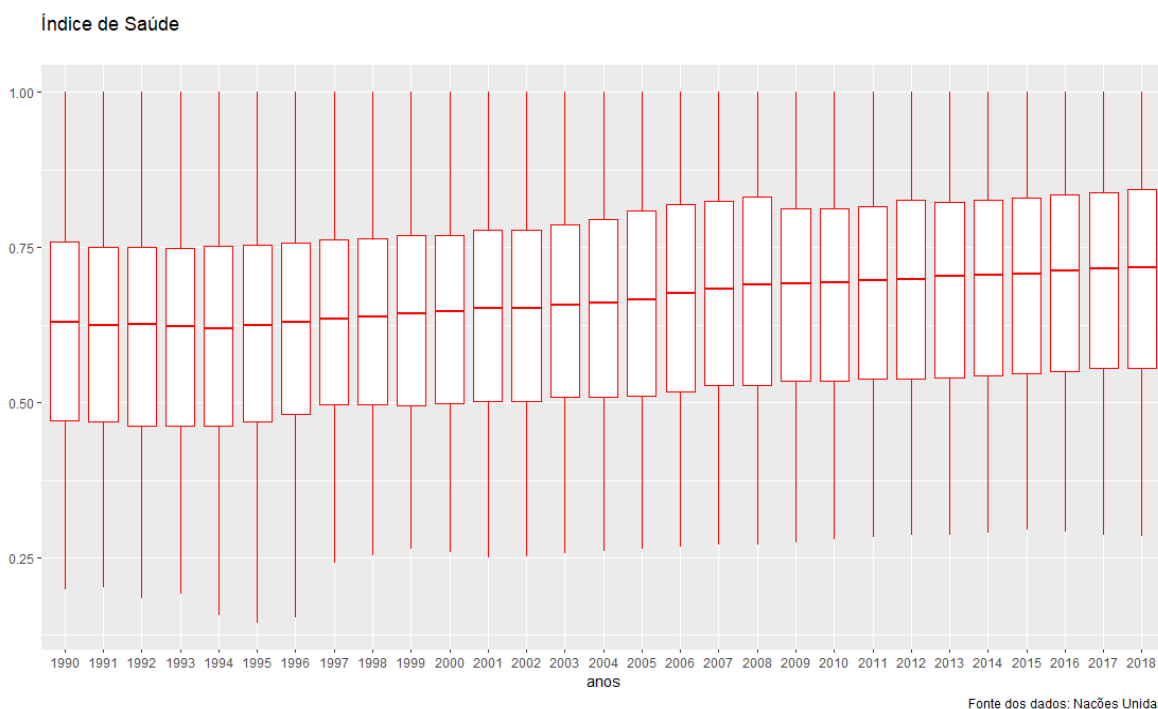


O índice de educação tem tido um aumento acentuado ao longo dos anos, mas ainda não o suficiente pois as diferenças na educação entre continentes tornam-se cada vez maior. Nos continentes com um maior número de países desenvolvidos aumenta o índice de educação e os continentes com um maior número de países em desenvolvimento como a África continua bastante abaixo dos restantes, apesar dos ligeiros aumentos ao longo dos anos, ainda não é suficiente para acompanhar os restantes.

No início dos anos 90 a Oceânia mantinha-se no topo como o continente com o maior índice de educação e apesar de o nível se ter mantido constante, a Europa ao longo dos anos conseguiu um aumento substancial no seu índice de educação ocupando agora o lugar de continente com o maior índice de educação. Os restantes continentes têm-se mantido constantes, tendo a Ásia e a América um aumento substancial apanhando assim a Oceânia.

No que diz respeito à saúde e como podemos ver na figura 9, a mediana do índice não aumentou assim tanto como era de esperar, tendo em conta os avanços médicos e tecnológicos nas últimas décadas, ainda assim encontra-se num nível mais elevado do que a mediana do índice de educação.

*Figura 9 – Box-plot do Índice de Saúde ao longo dos anos*

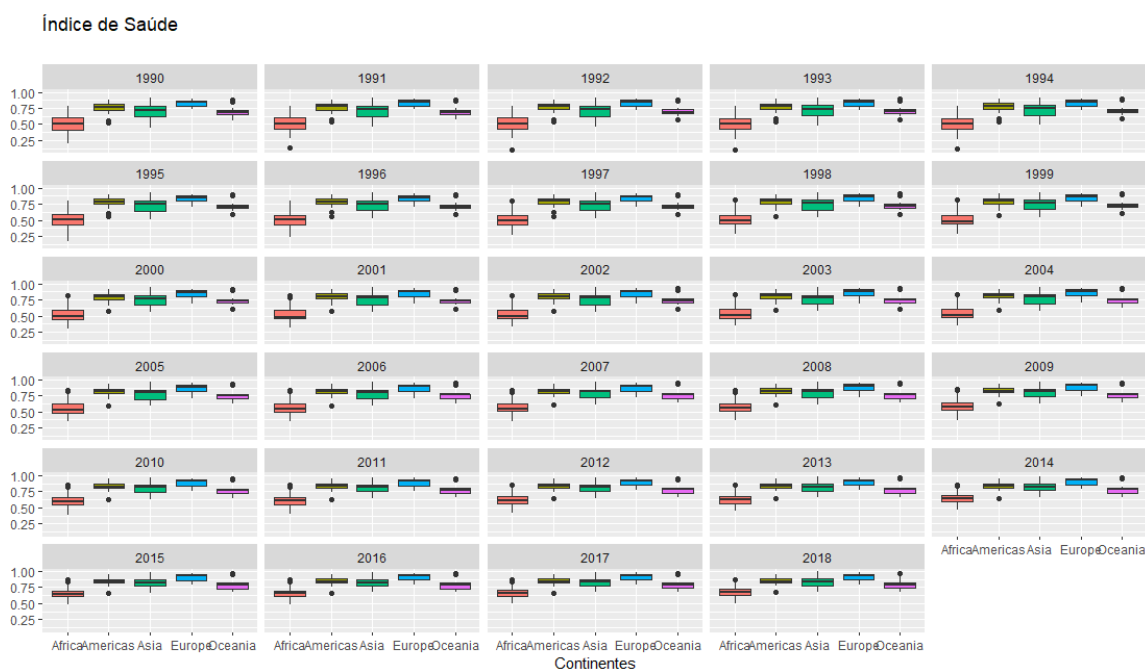


Nos últimos anos tem-se observado também a tendência para uma diminuição da diferença no nível de saúde entre os vários países e continentes, como se pode ver na figura



9 pela aproximação das extremidades, e na figura 10 pela contínua aproximação das medianas dos países.

Figura 10 – Box-plot do Índice de saúde por continentes ao longo dos anos



Fonte dos dados: Nações Unidas

Como se pode observar na figura 10, o nível do índice de saúde é bastante aproximado entre os continentes, com exceção do continente africano que se situa com nível de saúde ligeiramente abaixo dos outros. Seguindo também a tendência dos critérios analisados nas figuras 8 e 6 a Europa situa-se também com o maior nível no índice de saúde e na Ásia tem vindo a aumentar cada vez mais, diminuindo as disparidades dentro do continente e aproximando-se da América e Oceânia que se têm mantido constantes.

Como se pode observar na figura 10, o nível do índice de saúde dos continentes em 2018 aproxima-se ou ultrapassa a marca dos 0,75, o que não se verificou nas figuras anteriores e sendo considerado elevado. Querendo assim dizer que a evolução do critério de saúde parece associar-se aos países e continentes investem mais.

Por último, mas não menos importante, em relação ao índice de rendimento, assim como no índice de saúde, houve um ligeiro aumento da mediana do índice de rendimentos, mas não muito significativo, como se pode ver na figura 11. Isso deve-se ao facto de, apesar da ligeira diminuição das disparidades, ainda são muito significativas. Havendo países nos dois extremos, alguns com grandes níveis de rendimento enquanto outros vivem na pobreza e estão com dificuldades a sair dela.

Figura 11 – Box-plot do Índice de rendimento ao longo dos anos

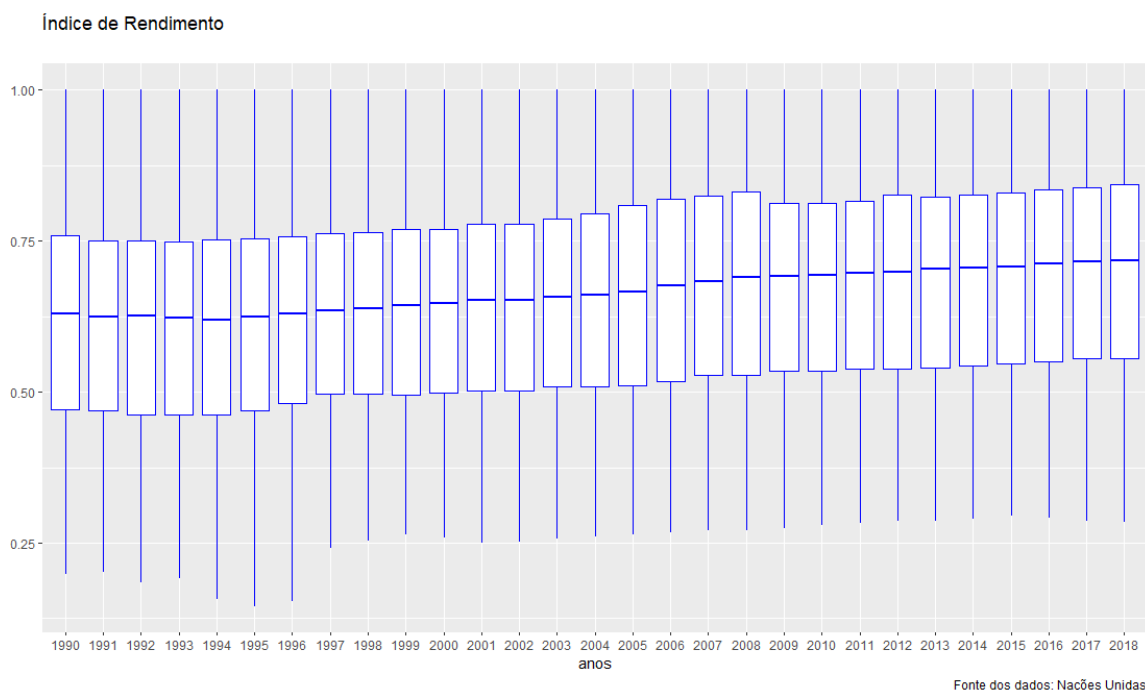


Figura 12 – Box-plot do Índice de rendimento por continentes ao longo dos anos



Através da figura 12, pode-se observar que existe uma grande diferença no nível de rendimento entre os continentes que não parece diminuir ao longo dos anos. Os continentes em si vão seguindo a tendência das figuras analisadas anteriormente, a Europa situa-se no topo com o maior nível no índice de rendimento como aconteceu no índice de saúde e no índice de educação. A América teve um ligeiro aumento, mas no geral manteve-se constante

e a Ásia teve um aumento significativo o suficiente para a América, isso deve-se principalmente ao facto de ambos terem países desenvolvidos e emergentes, daí estarem num nível elevado, mas não o suficiente para apanhar a Europa, onde se situam a maior parte dos países desenvolvidos.

A Oceânia vem aqui quebrar a tendência vista anteriormente, já que em 2018 se aproxima mais do nível do continente africano do que do nível da Ásia. Já África situa-se como se viu nas figuras 6, 8 e 10 situa-se em último mas desta vez com as disparidades dentro do continente ainda maiores, havendo países com economias emergentes e outros na extrema pobreza.

## V – Resultados e discussão dos resultados

Como seria de esperar o continente africano é o que se encontra com um nível mais baixo de IDH em todos os critérios, devido a ser onde se encontram o maior número de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. O índice que se encontra com um nível mais elevado e com menos disparidades é o de saúde, o que é importante pois é preciso uma população ativa saudável para conseguir aumentar-se os outros dois índices. O Índice de rendimento apesar de se encontrar num nível perto do da saúde ainda tem disparidades muito grandes, querendo assim dizer que dentro do continente se encontram países com economias emergentes e outros com economias ainda muito pobres e estagnadas, o que se pode também dever ao facto de nível do índice de educação se encontrar muito baixo e com grandes disparidades.

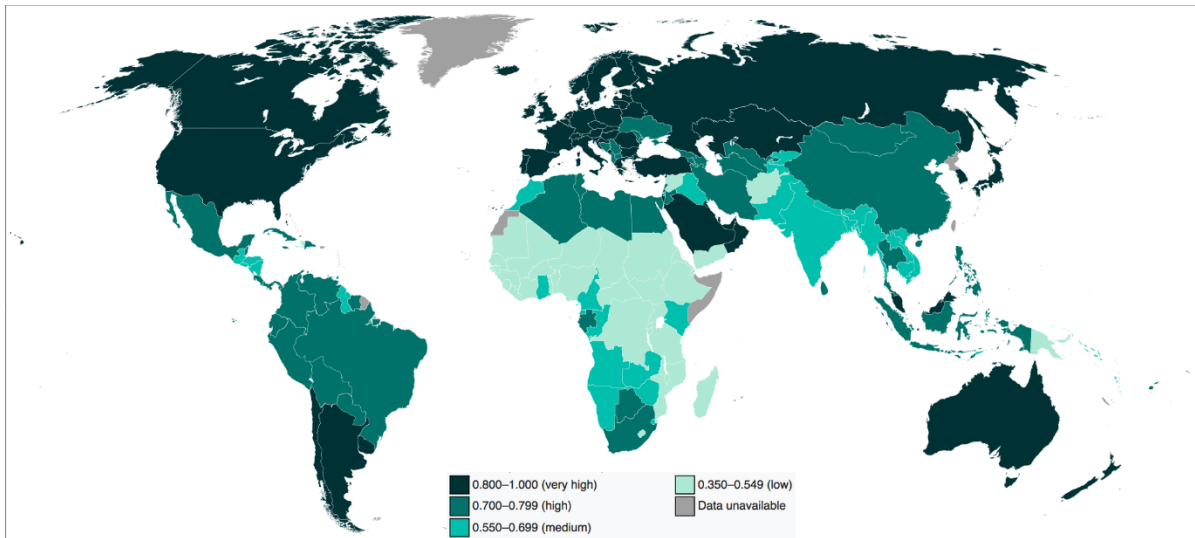
A Ásia foi o continente que mostrou um aumento maior nos 3 índices e uma maior diminuição das disparidades sendo a saúde a que se encontra com um nível mais elevado e menores disparidades. O rendimento apesar de um aumento no nível do índice, ainda se encontra grandes disparidades, devido também a ser um continente onde se encontram países com economias desenvolvidas, emergentes, e em desenvolvimento. Já o índice de educação apesar de não muito diferente do rendimento, é o que se encontra mais baixo, isso dá-se ao facto de apesar de uma população muito elevada, a maior parte começa a trabalhar, principalmente em fábricas, desde muito nova, não dando tanta importância à escolaridade.

O nível médio dos 3 índices da América encontram-se bastante perto dos da Ásia apesar de ligeiramente maiores, mas ao contrário da Ásia as disparidades dentro do continente americano são bastante menores. O índice de rendimento é o que precisa de mais atenção pois encontra-se mais abaixo que os outros e com as maiores disparidades, o de saúde é o que se afasta mais do nível do continente asiático aproximando-se bastante do continente Europeu.

O continente europeu sendo o continente com maior número de países desenvolvidos é o que se encontra, como seria de esperar, com o maior nível e menores disparidades em todos os índices. Tendo assim apenas de manter o que tem feito até agora.

Já a Oceânia é o continente que diverge mais entre os índices, aproximando-se mais do continente asiático e americano no índice de educação e saúde, e aproximando-se mais do continente africano no índice de rendimento, tendo aqui de encontrar formas de aumentar o PIB *per capita* e o PPC dentro do continente para conseguir aumentar o seu índice de rendimento.

Figura 13 – Mapa do IDH de 2018



Fonte: populationdata.net

Como se pode verificar na figura 10, e para completar e concluir o que foi dito anteriormente, a azul claro encontra-se as partes do mundo com um nível de IDH mais baixo que se concentra mais no continente africano, e a azul-escuro as partes onde se encontram os países com um nível de IDH mais elevado concentrando-se mais na Europa, já a Ásia, América e Oceânia apesar de terem países com um IDH elevado têm também países com um IDH médio ou até baixo.

## VI - Conclusão

Esta dissertação teve como objetivo tentar perceber o que leva ao diferente desenvolvimento económico entre os países e tentar encontrar soluções e reformas políticas que consigam aproximar o nível de desenvolvimento seja de rendimento, saúde ou educação, entre os países.

Através do enquadramento do tema e de uma breve revisão da literatura conseguimos perceber vários problemas que levam a essas disparidades, sendo alguns deles regimes políticos altamente corruptos que causam o desvio de fundos e dinheiro que em vez de irem para a melhoria do sistema de educação saúde ou criação de emprego acabam por ficar perdidos, fazem uma gestão desadequada do sistema de mercado, má gestão dos apoios por parte dos governos, extremas ditaduras que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isto causa uma estagnação na economia e desenvolvimento do país e aumenta as disparidades dentro do próprio país fazendo com que não consiga evoluir e sair dos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos.

Com um exercício com os dados de IDH ao longo dos anos conseguimos perceber que países e continentes conseguiram encontrar soluções para diminuir a diferença entre o nível de desenvolvimento dos PD e PED como a Ásia e a América, onde ambos os continentes têm países desenvolvidos e emergentes, e os que ainda não conseguiram encontrar essas soluções como África que é onde se encontram o maior número de países com um menor nível de IDH.

Pode-se então concluir que para os países em desenvolvimento com um menor nível de IDH conseguirem alcançar um desenvolvimento sustentável e diminuir as disparidades entre si e os países desenvolvidos, têm primeiro de perceber que não existe uma solução que funcione para todos, pois os países são todos diferentes e os problemas que enfrentam também. É preciso então fazer-se uma análise ao país para tentar perceber em que áreas precisam de reformas maiores e quais são os recursos que podem utilizar para desenvolver a sua economia. As soluções passam também por uma mudança estrutural no que diz respeito às políticas de organizações supra-nacionais que permitam ultrapassar os inevitáveis 'nacionalismos' que se traduzem em 'círculos virtuosos nos países mais desenvolvidos e círculos viciosos nos países subdesenvolvidos.

Pode ter-se até a Nigéria como um exemplo que através de um programa de reformas que se dividiu em reformas macroeconómicas, reformas estruturais, reformas institucionais e de governo, apesar de muitos problemas continuarem a persistir já é um início para um desenvolvimento sustentável.

Um dos maiores desafios futuros apareceu em 2020, devido principalmente à pandemia do Covid-19 que veio afetar o mundo todo, e lidar com as suas consequências será um dos maiores desafios que, especialmente, os países em desenvolvimento terão de lidar.

No que diz respeito às limitações, claramente devemos reconhecer que a dissertação não permitiu encontrar as soluções e reformas políticas que consigam aproximar os níveis de desenvolvimento humano dos diversos países, limitando-se assim a fazer uma descrição da situação.

## VII – Referências Bibliográficas

- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2012). *A economia dos pobres: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global*.
- Bonilla, X. M. (2016). The Effects of Globalization on Developing Countries.
- Climate change in developing countries. (2020). [https://www.international.gc.ca/world-monde/issues\\_development-enjeux\\_developpement/environmental\\_protection-protection\\_environnement/climate-climatiques.aspx?lang=eng](https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/environmental_protection-protection_environnement/climate-climatiques.aspx?lang=eng).
- Conceição, P. (2019). *Human Development Report 2019: Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today: Inequalities in Human Development in the 21st Century*. United Nations Development Programme.
- Dayton-Johnson, J. (2006). POLICY BRIEF No. 29. *Natural Disaster and Vulnerability*.
- El-Erian, M. A. (2020). COVID-19: What are the biggest concerns for the developing world? *World Economic Forum*.
- FAO. (2015). *The impact of disasters on agriculture and food security*.
- Guterres, A. (2020). *World Economic Situation Prospects 2020*. United Nations Con.
- Hausmann, R. (2014). Why do some countries develop faster than others? *World Economic Forum*.
- Hibbs, D. A., & Olsson, O. (2004). Geography, biogeography, and why some countries are rich and others are poor. *Proceedings of the national Academy of sciences*, 3715-3720.
- Honma, M. (2019). Agricultural Market Intervention and Emerging States im Africa. Em K. Otsuka, & K. Sugihara, *Emerging-Economy State and International Policy Studies: Paths to the emerging state in Asia and Africa* (pp. 253-269). Springer Nature.
- Khan, D., & Khan, L. (2020). The Economic Impact of COVID-19 on Developing Countries. <http://www.ipsnews.net/>.
- Least Developed Countries (LDCs). (2020). <https://www.un.org/>.
- Leite, P. (2015). Why Did Some Countries Advance While Others Remained in Poverty? <https://globalherit.hypotheses.org/>.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (2020). <https://unric.org/pt>.
- Okonjo-Iweala, N., & Osafo-Kwaako, P. (2007). *Nigeria's Economic Reforms: Progress and Challenges*. Brookings Global Economy and Development Working Paper No. 6.
- ONU. (2021). *World Economic Situation Prospects 2021*.
- Poverty and Distributional Impacts of COVID-19: Potential Channels of Impact and Mitigating Policies. (s.d.). *The World* .



Poverty and Distributional Impacts of COVID-19: Potential Channels of Impact and Mitigating Policies. (2020). [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org).

Public finances after COVID-19: is a high-debt, low-growth trap looming for developing countries? (2020). *World Economic Situation And Prospects: October 2020 Briefing, No. 142*. United Nations.

Sachs, J. (2005). *The end of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York: Penguin Books.

Siddiqui, K. (2019). *Corruption and Economic Mismanagement in Developing Countries*. The world Financial Review.

Tavares, M. (2020). International support measures (ISMs) for least developed countries (LDCs): what and why. <https://www.un.org>.

The economic context of Nigeria - Economic and Political Overview . (2020). *Nordea Trade Portal*. .

UNCTADstat - Classifications. (2020). <https://unctadstat.unctad.org/>.

United Nations. (2018). Ending Poverty.

United Nations. (2019). Human Development Index Ranking.

United Nations. (2020). Human Development Report.

United Nations. (2021). Objetivo 13: Ação Climática.

United Nations Statement to the Development Committee. (2020). *Ministerial Committee of the Boards of Governors of the World Bank and the International Monetary Fund*.

Villeret, G. (2018). World - Human Development Index - HDI (2018). *PopulationData.net*.

(2015). *WHO ARE MOST VULNERABLE TO NATURAL HAZARDS?*  
<https://21stcenturychallenges.org/who-are-most-vulnerable-to-natural-hazards/>.

Wolla, S. (2017). Why Are Some Countries Rich and Others Poor? [research.stlouisfed.org](http://research.stlouisfed.org).

World digital ranking: India rises 4 places to 44th rank in world digital competitiveness rankings. (2019). *The Economic Times*.